

Soares Penido Concessões S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2016 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1. AOS ACIONISTAS

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração acompanhado das demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

2. CONTEXTO OPERACIONAL

A SP Concessões tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões é uma empresa nascida do empreendedorismo do Sr. Pelerson Soares Penido. A visão de futuro com a qual ele era dotado levou-o a participar da licitação para a concessão da Rodovia Presidente Dutra em 1996. Nascia então um ramo de negócio extremamente promissor. Atualmente, a Companhia possui participação direta nas controladas em conjunto CCR S.A. de 11,93% e 23,28% na Companhia Operadora de Rodovias - COR, além de uma participação de 22,82% no Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER.

A CCR S.A. é uma "holding" cujo objeto social a permite atuar no setor de concessões de rodovias, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviária, aeroportuária e outras atividades que estejam ligadas a estas, bem como a participar em outras sociedades. A COR possui como principal operação a prestação de serviços relacionados à operação de rodovias e o COPER, prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra BR-116/RJ/SP.

Com o objetivo de expandir sua área de atuação, a CCR S.A. pretende concorrer em novas concessões, por meio de licitações e Parcerias Público-Privadas - PPPs dos Governos Federal, estaduais e municipais, assim como em aquisições de outras concessionárias existentes. É também parte integrante de sua estratégia buscar novas oportunidades no mercado internacional, assim como em concessões metroviárias, urbanas e aeroportuárias.

3. MERCADO DE ATUAÇÃO

A partir de 1994, os Governos Federal e Estaduais estabeleceram programas de concessões, entre eles, o programa de concessão de rodovias, cujo modelo possibilita a obtenção de recursos por meio da cobrança de pedágio para a recuperação e o desenvolvimento da malha rodoviária brasileira. Grande parte dos recursos destinados à modernização e ampliação das rodovias é oriunda de empréstimos de longo prazo, concedidos pelos sistemas financeiros nacional e estrangeiro, bem como investimentos diretos do setor privado.

Restrições orçamentárias dos Governos Federal e Estaduais e regulamentações, como a das PPPs, aprovadas no Congresso Nacional ao final de 2004, continuam a indicar a existência de oportunidades de crescimento e possibilidades de expansão no nosso mercado de atuação por meio de novas licitações.

4. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Resultado operacional

A equivalência patrimonial em 2016 foi de R\$ 203.615, em comparação aos R\$ 103.178 de 2015. Esse aumento é explicado, substancialmente pelo desempenho operacional da controlada em conjunto CCR S.A. que foi influenciado, principalmente, pela venda de participação da STP e incremento da receita de pedágio em consequência do aumento das tarifas médias (crescimento em decorrência de decréscimo do tráfego, compensado pelo aumento da tarifa média). Além disso, a controlada em conjunto CCR apresentou aumento do resultado financeiro em decorrência do aumento do CDI e aumento dos custos e despesas, tais como serviços de terceiros (estudos de novos negócios e consultorias empresariais), custos não recorrentes relativos à venda da controlada STP e outros incrementos relacionados a custos e despesas com pessoal, provisão de manutenção e outros.

Resultado financeiro

No ano 2016, o resultado financeiro líquido negativo foi de R\$ 13.043, comparado a um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 20.897 em 2015. Esse resultado deveu-se, principalmente, à redução dos juros sobre debêntures, em virtude da liquidação da dívida em 30 de outubro de 2015.

5. DESTAQUES DO ANO 2016

SOARES PENIDO CONCESSÕES

Em 29 de abril de 2016 houve aumento do capital Social em R\$ 152.029 mediante a capitalização de Reservas de lucros sem emissão de novas ações.

6. AGRADECIMENTOS

Finalizando, queremos expressar os nossos agradecimentos aos usuários, aos acionistas, às instituições governamentais, aos financiadores, aos prestadores de serviços e a todos os colaboradores da SP Concessões.

São Paulo, 31 de março de 2017

A Administração

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Soares Penido Concessões S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Soares Penido Concessões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Soares Penido Concessões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2017



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Roberto Torres dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 219663/O-7

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	2016	2015	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	2016	2015
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.192	8.127	Fornecedores		2.347	2.526
Contas a receber - partes relacionadas	9	6.016	5.629	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	9	2.630	2.318
Impostos a recuperar	5	2.661	2.995	Impostos e contribuições a recolher		882	614
Outros		<u>32</u>	<u>24</u>	Obrigações sociais e trabalhistas		450	251
Total do ativo circulante		<u>15.901</u>	<u>16.775</u>	Dividendos e juros sobre o capital próprio		54.612	162.210
				Cessão de direitos creditórios		<u>9.023</u>	<u>8.770</u>
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>69.944</u>	<u>176.689</u>
Impostos a recuperar	5	4.953	4.497				
Outros		184	160	NÃO CIRCULANTE			
Investimentos	6	1.040.535	1.026.668	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	10	263	198
Intangível	7	<u>4.703</u>	<u>5.834</u>	Provisão para patrimônio líquido negativo	6	<u>350</u>	<u>209</u>
Total do ativo não circulante		<u>1.050.375</u>	<u>1.037.159</u>	Total do passivo não circulante		<u>613</u>	<u>407</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	12	460.000	307.971
				Reservas de lucros		501.197	493.600
				Ajuste de avaliação patrimonial		32.852	78.365
				Ágio em transações de capital		(4.274)	(3.098)
				Transações com sócios		<u>5.944</u>	<u>-</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>995.719</u>	<u>876.838</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.066.276</u>	<u>1.053.934</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.066.276</u>	<u>1.053.934</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITA DE SERVIÇOS	13	67.766	62.726
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Serviços		(19.043)	(14.287)
Custo com pessoal		(16.531)	(14.228)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.047)	(4.386)
Outros		(26)	(31)
		<u>(40.647)</u>	<u>(32.932)</u>
LUCRO BRUTO		<u>27.119</u>	<u>29.794</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Serviços		(2.345)	(1.837)
Amortização de ágio		(1.131)	(1.131)
Outras		(3.121)	(3.207)
Resultado de equivalência patrimonial	6	<u>203.615</u>	<u>103.178</u>
		<u>197.018</u>	<u>97.003</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>224.137</u>	<u>126.797</u>
DESPESAS FINANCIERAS			
Juros sobre debêntures e direitos creditórios		(14.719)	(22.241)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras		(199)	(526)
		<u>(14.918)</u>	<u>(22.767)</u>
RECEITAS FINANCEIRAS			
Rendimento sobre aplicações financeiras		1.129	1.225
Juros e outras receitas financeiras		<u>746</u>	<u>645</u>
		<u>1.875</u>	<u>1.870</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(13.043)</u>	<u>(20.897)</u>
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>211.094</u>	<u>105.900</u>
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.749)	(840)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>209.345</u>	<u>105.060</u>
Lucro líquido por ação - (em reais - R\$)		<u>0,79</u>	<u>0,39</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	209.345	105.060
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
<u>Equivalência patrimonial</u>		
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração resultado		
Ajuste patrimonial - plano de pensão	-	(127)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para a demonstração resultado		
Ajustes na conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(21.918)	39.835
Resultado de hedge de fluxo de caixa	(19.173)	24.601
Ativação de hedge de fluxo de caixa	(1.510)	-
Imposto de renda e contribuição social	7.062	(5.828)
Resultado de hedge de fluxo de caixa - controladas em conjunto	<u>(9.974)</u>	<u>-</u>
	(45.513)	58.608
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	<u>(45.513)</u>	<u>58.481</u>
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u><u>163.832</u></u>	<u><u>163.541</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial	Agio em transações de capital	Transações com sócios	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		307.971	35.092	378.400	19.884	(2.966)	-	-	738.381
Aumento de participação na controlada indireta RodoAnel Oeste		-	-	-	-	(132)	-	-	(132)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	58.481	-	-	105.060	163.541
Destinações:									
Reserva legal		-	5.253	-	-	-	-	(5.253)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(24.952)	(24.952)
Reserva de retenção de lucros		-	-	74.855	-	-	-	(74.855)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		307.971	40.345	453.255	78.365	(3.098)	-	-	876.838
Aumento de capital	12.a)	152.029	-	(152.029)	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício		-	-	-	(45.513)	-	-	209.345	163.832
Destinações:									
Reserva legal	12.b)	-	10.467	-	-	-	-	(10.467)	-
Dividendo mínimo obrigatório	12.b)	-	-	-	-	-	-	(49.719)	(49.719)
Reserva de retenção de lucros		-	-	149.159	-	-	-	(149.159)	-
Cessão de opção de compra do terreno - Nasp	12.c)	-	-	-	-	-	5.944	-	5.944
Aumento de participação na controlada indireta RodoAnel Oeste		-	-	-	-	(52)	-	-	(52)
Absorção de prejuízo - Rodoanel		-	-	-	-	(1.124)	-	-	(1.124)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		460.000	50.812	450.385	32.852	(4.274)	5.944	-	995.719

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	211.094	105.900
Ajustes para reconciliar o lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido utilizado nas atividades operacionais:		
Amortização do ágio	1.131	1.131
Juros sobre debêntures e diretos creditórios	14.719	22.241
Constituição e reversão de provisão para riscos	65	125
Equivalência patrimonial	(203.615)	(103.178)
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber - partes relacionadas	(387)	(553)
Impostos a recuperar	(122)	(891)
Outros	(32)	(52)
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	(179)	(438)
Impostos e contribuições sociais a recolher	(1.481)	(546)
Obrigações trabalhistas	199	251
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	312	133
Juros pagos	-	(9.855)
Recebimento de dividendos	<u>149.145</u>	<u>125.349</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>170.849</u>	<u>139.617</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de principal das debêntures	-	(77.700)
Pagamento de direitos creditórios	(14.467)	(13.454)
Dividendos pagos	<u>(157.317)</u>	<u>(53.000)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	(171.784)	(144.154)
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(935)</u>	<u>(4.537)</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	8.127	12.664
No final do exercício	7.192	8.127
REDUÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(935)</u>	<u>(4.537)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2016	2015
RECEITAS			
Receitas de serviços	13	72.335	67.261
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo dos serviços prestados		(27.434)	(21.607)
VALOR ADICIONADO BRUTO		<u>44.901</u>	<u>45.654</u>
AMORTIZAÇÃO DE ÁGIO		(1.131)	(1.131)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA COMPANHIA		<u>43.770</u>	<u>44.523</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO POR TRANSFERÊNCIA			
Resultado de equivalência patrimonial	5	203.615	103.178
Receitas financeiras		1.875	1.870
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		<u>249.260</u>	<u>149.571</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Empregados:			
Remuneração direta		10.446	8.780
Benefícios		5.121	4.620
FGTS		591	524
Outras		193	240
Tributos:			
Federais		8.821	7.664
Remuneração de terceiros:			
Juros		14.719	22.241
Outros		24	442
Remuneração de capital próprio:			
Dividendos		49.719	24.952
Lucros retidos do exercício		159.626	80.108
		<u>249.260</u>	<u>149.571</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SOARES PENIDO CONCESSÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Soares Penido Concessões S.A. ("SP Concessões" ou "Companhia") tem como principal objeto social a participação em sociedades, como sócia ou acionista, que explorem, direta ou indiretamente, negócios de concessão de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de execução, gestão e fiscalização de atividades relacionadas à operação, à conservação, ao melhoramento, à ampliação e à recuperação de rodovias ou estradas de rodagem e negócios afins.

A SP Concessões tem controle conjunto nas seguintes entidades: CCR S.A., com participação direta de 11,93%; e Companhia Operadora de Rodovias - COR, com 23,28%. Adicionalmente, a Companhia possui uma operação em conjunto com o Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra - COPER, com 22,82%.

Viabilizar soluções de investimentos e serviços em infraestrutura. Essa é a principal contribuição da CCR para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua. A CCR é um dos maiores grupos privados de concessões de infraestrutura da América Latina. O objetivo social da CCR permite à Companhia atuar no setor de concessões de rodovias, aeroportos, vias urbanas, pontes e túneis, além do setor de infraestrutura metroviárias e outras atividades que estejam ligadas a essas, bem como participações em outras sociedades.

Atualmente, a CCR S.A. é responsável por 3.262,18 quilômetros de rodovias da malha concedida nacional, nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná e Mato Grosso do Sul, sendo que em 3.171,60 quilômetros é responsável pela administração e em 90,58 quilômetros apenas pela conservação e manutenção. As rodovias do Grupo CCR estão sob a gestão das concessionárias, CCR NovaDutra, CCR ViaLagos, CCR RodoNorte, CCR AutoBA, CCR ViaOeste, CCR RodoAnel Oeste, CCR SPVias, CCR MSVia, Renovias e ViaRio.

Além da atuação em concessões rodoviárias, a CCR S.A. busca investimentos em outros negócios correlatos. Exemplo disso são as participações, diretas ou indiretas, na ViaQuatro (Linha 4 - Amarela do Metrô de São Paulo), Metrô Bahia (Metrô de Salvador - Lauro de Freitas), SAMM (transmissão de dados em alta capacidade por meio de fibras óticas implantadas ao longo de rodovias e Linha 4 do Metrô), Barcas (transporte aquaviário de passageiros), VLT Carioca (transporte de passageiros por meio de Veículos Leves sobre Trilhos), BH Airport (Aeroporto Internacional Tancredo Neves) e Quiport, Aeris e CAP (operadores dos Aeroportos Internacionais de Quito, San Jose e Curaçao, respectivamente).

2. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária e incorporam os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelo seu valor justo, quando requerido. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 incluem a participação do percentual de 22,82% no COPER – Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra, segregada por grupo de contas, conforme segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
ATIVO		
<u>Ativo circulante</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	418	650
Contas a receber – partes relacionadas	6.016	5.629
Impostos a recuperar	178	178
Outros	32	24
Total do ativo circulante	<u>6.644</u>	<u>6.481</u>
<u>Não circulante</u>		
Outros	159	135
PASSIVO		
<u>Circulante</u>		
Fornecedores	3.877	3.060
Impostos e contribuições a recolher	388	392
Obrigações sociais e trabalhistas	448	251
Fornecedores – partes relacionadas	1.100	1.780
Cessão de direitos creditórios (*)	9.023	8.770
Total do passivo circulante	<u>14.836</u>	<u>14.253</u>
<u>Não circulante</u>		
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	208	142

(*) Em 21 de outubro de 1998 foi celebrado um Contrato entre o COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra e a PMOEL Recebíveis Ltda., com a interveniência da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A. de promessa de cessão de parte de suas receitas relativas ao período de março de 1999 a fevereiro de 2021, sendo 18% no período de 1º de março de 1999 a 28 de fevereiro de 2005 e 20% de 1º de março de 2005 a 28 de fevereiro de 2021. Este item refere-se à participação de 22,82% que a Companhia tem sobre o COPER - Consórcio Operador da Rodovia Presidente Dutra.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

a) Bases de consolidação de operação em conjunto (consórcios) e empreendimentos controlados em conjunto

As demonstrações financeiras de operações em conjunto (consórcios) são incluídas nas demonstrações financeiras a partir da data em que o controle se inicia até a data em que ele deixa de existir. As demonstrações financeiras de controladas em conjunto (empreendimentos que a Companhia controla, direta ou indiretamente, em conjunto com outro(s) investidor(es), por meio de acordo contratual) são reconhecidas nas demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos e passivos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente títulos de dívida emitidos na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo aqueles passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia utiliza a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

d) Ativos intangíveis

A Companhia possui ágio resultante da aquisição de participação em consórcio que está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura e incluído nos ativos intangíveis deduzidos, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. O ativo intangível possui vida útil definida e tem seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou em períodos menores, caso haja indicadores de perda de valor.

e) Redução ao valor recuperável de ativos

- Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução ao valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica recuperação do valor perdido, essa recuperação é registrada no resultado.

De acordo com as práticas adotadas pela controlada em conjunto, a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que foi designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa das operações com instrumentos financeiros derivativos da controlada é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o novo valor recuperável do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

g) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

h) Receitas de serviços

As receitas operacionais são reconhecidas quando da prestação dos serviços. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

i) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras e as mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados por meio do resultado do exercício e das variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, as variações monetárias sobre passivos financeiros e as mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 (base anual), para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

k) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício pela quantidade de ações ao final do exercício, e o resultado por ação diluído com base na média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

l) Demonstração do valor adicionado

Foi elaborada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras.

m) Normas novas, revisadas e interpretações emitidas

As normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas, aplicáveis à Companhia, não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para o período corrente.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação
Alterações à IFRS 11	Contabilizações de Aquisições de Participações em Operações Conjuntas
Alterações à IAS 1	Iniciativa de Divulgação
Alterações à IAS 16 e IAS 38	Esclarecimento sobre os Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização
Alterações à IAS 16 e IAS 41	Agricultura: Plantas Portadoras
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2012-2014

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Pronunciamento	Descrição
IFRS 9	Instrumentos Financeiros – CPC 47 (b)
IFRS 15	Receita de Contrato com cliente – CPC 48 (b)
IFRS 16	Arrendamentos (c)
Alterações à IFRS 2	Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos Baseados em Ações
Alterações à IFRS 10 e IAS 28	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou "Joint Venture" (d)
Alterações à IAS 7	Iniciativa de Divulgação (d)
Alterações à IAS 12	Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas a Realizar (a)
IFRIC 22	Transações com Adiantamentos em Moedas Estrangeiras (b)
Melhorias Anuais	Ciclo de IFRSs 2014-2016 (a) (b)
Alterações à IAS 40	Transferência de Propriedades de Investimentos (b)

- (a) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida.
- (b) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (c) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.
- (d) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após uma data a ser determinada.

A Administração da Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e bancos	1.394	19
Aplicações financeiras	5.798	8.108
Total	<u>7.192</u>	<u>8.127</u>

(*) As aplicações financeiras são remuneradas pelo Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuição social a recuperar. Os saldos estão segregados entre circulante e não circulante conforme expectativa de realização.

6. INVESTIMENTO E PROVISÃO PARA PATRIMÔNIO LÍQUIDO NEGATIVO

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Patrimônio líquido da investida ajustado	3.916.497	3.800.283
Participação	<u>11,93%</u>	<u>11,93%</u>
Investimento	467.302	453.435
Ágio (*)	<u>573.233</u>	<u>573.233</u>
Investimento - CCR S.A.	<u>1.040.535</u>	<u>1.026.668</u>
Patrimônio líquido da investida	(1.502)	(898)
Participação	<u>23,28%</u>	<u>23,28%</u>
Provisão para patrimônio líquido negativo - COR	<u>(350)</u>	<u>(209)</u>

(*) Ágio - CCR S.A.

O ágio foi gerado na Companhia mediante incorporação de acervo líquido em exercícios anteriores da Serveng Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng Civilsan) e incorporação de acervo líquido da Aguilha Participações e Empreendimentos Ltda. (Aguilha) e Soares Penido Realizações e Empreendimentos Ltda. (SP Realizações). O ágio tem como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura com base na projeção da capacidade de geração de lucros futuros desse investimento.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

<u>Movimentação dos saldos</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	990.378	(96)	990.282
Resultado de equivalência patrimonial	103.291	(113)	103.178
Dividendos distribuídos	(125.349)	-	(125.349)
Ajustes de avaliação patrimonial	58.781	-	58.481
Outros	(133)	-	(133)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>1.026.668</u>	<u>(209)</u>	<u>1.026.459</u>
Resultado de equivalência patrimonial	203.756	(141)	203.615
Dividendos distribuídos	(149.145)	-	(149.145)
Ajustes de avaliação patrimonial	(45.513)	-	(45.513)
Outros (*)	4.769	-	4.769
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>1.040.535</u>	<u>(350)</u>	<u>1.040.185</u>

(*) Refere-se a ganhos da controlada em conjunto CCR na cessão de opção de compra do terreno NASP e absorção de prejuízos na controlada em conjunto indireta Rodoanel.

O investimento na controlada em conjunto CCR S.A., se valorizado a mercado com base na última cotação das ações na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo em 31 de dezembro de 2016, apresenta um valor de R\$ 3.362.183 (R\$2.643.822 em 31 de dezembro de 2015).

Informações resumidas dos investimentos:

	2016		2015	
	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>	<u>CCR S.A.</u>	<u>COR</u>
Quantidade de ações possuídas	210.663.128	50.000	210.663.128	50.000
Percentual de participação	11,93%	23,28%	11,93%	23,28%
Caixa e equivalentes de caixa	2.821.220	1.395	2.296.420	294
Outros ativos	<u>1.423.166</u>	<u>7.359</u>	<u>1.408.203</u>	<u>9.621</u>
Ativo circulante	4.244.386	8.754	3.704.623	9.915
Ativo não circulante	<u>20.311.461</u>	<u>3.348</u>	<u>17.978.871</u>	<u>3.117</u>
Ativo	<u>24.555.847</u>	<u>12.102</u>	<u>21.683.494</u>	<u>13.032</u>
Passivos financeiros circulantes (*)	5.671.512	1.062	6.367.374	1.088
Outros passivos	<u>1.504.540</u>	<u>11.605</u>	<u>1.100.085</u>	<u>10.844</u>
Passivo circulante	<u>7.176.052</u>	<u>12.667</u>	<u>7.467.459</u>	<u>11.932</u>
Passivos financeiros não circulantes (*)	10.902.385	-	8.112.664	-
Outros passivos	<u>2.332.921</u>	<u>937</u>	<u>2.199.059</u>	<u>1.998</u>
Passivo não circulante	<u>13.235.306</u>	<u>937</u>	<u>10.311.723</u>	<u>1.998</u>
Passivo	<u>20.411.358</u>	<u>13.604</u>	<u>17.779.182</u>	<u>13.930</u>
Patrimônio líquido consolidado	<u>4.144.489</u>	<u>(1.502)</u>	<u>3.904.312</u>	<u>(898)</u>

	2016		2015	
	CCR S.A.	COR	CCR S.A.	COR
Receita líquida	9.996.067	5.753	8.478.865	5.350
Depreciação e amortização	(959.416)	-	(822.555)	-
Receitas financeiras	1.382.844	166	1.502.359	130
Despesas financeiras	(3.218.377)	(1.345)	(3.015.453)	(1.246)
Outros	(4.734.207)	(5.485)	(4.926.873)	(4.968)
Resultado das operações continuadas antes dos impostos	2.466.911	(911)	1.216.343	(734)
Imposto de renda e contribuição social	(829.464)	308	(429.472)	246
Lucro das operações continuadas	1.637.447	(603)	786.871	(488)
Outros resultados abrangentes	(386.811)	-	497.272	-
Resultado abrangente total	1.250.636	(603)	1.284.143	(488)
Dividendos ou distribuição de lucros recebidos	1.250.319	-	1.050.484	-
Compromissos				
Compromissos com o poder concedente	533.440	-	848.185	-
Compromissos relativos às concessões	8.848.432	-	9.628.707	-
Outorga variável e obras a executar	15.904	-	15.998	-
Contribuição fixa – BH Airport	2.213.797	-	2.071.046	-

(*) Refere-se a empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamentos mercantis, contas a pagar em operações com derivativos e mútuos com partes relacionadas.

Reconciliação do patrimônio e lucro do exercício – CCR S.A.

	2016	2015
<u>Ajustes no patrimônio</u>		
Patrimônio líquido	4.144.489	3.904.312
Patrimônio líquido dos acionistas não controladores	(240.294)	(122.484)
Patrimônio líquido dos acionistas da controladora	3.904.195	3.781.828
Baixa/reversão do ativo diferido	12.302	18.455
Patrimônio líquido da investida ajustado	<u>3.916.497</u>	<u>3.800.283</u>
<u>Ajustes no resultado do exercício</u>		
Lucro das operações continuadas	1.637.447	786.871
Resultado do exercício atribuível aos acionistas não controladores	76.404	87.497
Resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores	1.713.851	874.368
Baixa/reversão da amortização do ativo diferido	(6.153)	(8.672)
Lucro do exercício da investida ajustado	<u>1.707.698</u>	<u>865.696</u>

7. INTANGÍVEL

Refere-se ao ágio gerado na Companhia mediante aquisição de direitos sobre o contrato do COPER efetuado pelos antigos cotistas da Aguilha e incorporação de acervo líquido da SP Realizações. Esse ágio é amortizado pelo prazo do contrato entre o COPER e a CCR NovaDutra.

A Administração da Companhia mantém controles para avaliação da rentabilidade dos investimentos incorporados, os quais são revisados pelo menos anualmente, como forma de avaliar se os planos e prazos de recuperação mantêm-se de acordo com as expectativas.

8. DEBÊNTURES

Em 15 de setembro de 2010 a Companhia emitiu 60 debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, de espécie subordinada a ser convolada em espécie com garantia real, com valor nominal unitário de R\$ 10.000 e valor total de emissão de R\$ 600.000.

Em 30 de outubro de 2015, as debêntures foram totalmente liquidadas e os custos de transação e juros incorridos foram registrados no resultado daquele exercício.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos nessas datas, relativos às operações com partes relacionadas referem-se a prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de controlada indireta, subsidiária da controlada em conjunto CCR S.A. estão apresentados a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
<u>Ativo</u>		
Contas a receber - partes relacionadas	6.016	5.629
<u>Passivo</u>		
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	2.630	2.318
<u>Resultado</u>		
Receita bruta de serviços	72.335	67.261
Custos dos serviços prestados	(1.329)	(16.109)
Despesas administrativas	-	(672)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, não houve remuneração para a Administração.

10. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a Companhia possui um processo tributário de R\$ 56 (R\$56 em 31 de dezembro de 2015) que a Administração entende como provável de perda e R\$ 207 (R\$ 142 em 31 de dezembro de 2015) de outros processos de natureza trabalhista referente à participação no COPER.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2016 o COPER possui causas com diagnóstico de perda classificadas como possível, não tendo sido, contabilizadas provisões para riscos de R\$ 713 de processos trabalhistas e previdenciárias (R\$ 673 em 2015) e R\$ 208 de processos tributários (R\$ 47 em 2015).

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	211.094	105.900
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(71.772)	(36.006)
Efeito tributário das adições e exclusões:		
Equivalência patrimonial	69.229	35.081
Outros ajustes, líquidos (*)	<u>794</u>	<u>85</u>
Despesa com impostos correntes	<u>(1.749)</u>	<u>(840)</u>

(*) Refere-se substancialmente a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

b) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possui saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$137.602 (R\$139.838 em 31 de dezembro de 2015), que poderão ser compensados nos próximos exercícios, limitados a 30% do lucro tributável anual, sem prazo de prescrição. Não foram constituídos créditos fiscais diferidos pela incerteza na geração de lucros tributários futuros.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 29 de abril de 2016 houve aumento de capital em R\$ 152.029, sem emissão de novas ações, com reservas de retenção de lucros.

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da Companhia era de R\$ 460.000 e em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 307.971, representado por 268.373.457 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro do exercício apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída tendo em vista a distribuição de dividendos e será submetida à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016.

Dividendos

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei aos titulares de suas ações. Dessa forma, a Administração da Companhia está propondo a retenção total do lucro líquido ajustado, depois das destinações de reserva legal, dividendos propostos para a rubrica "Reserva de retenção de lucros".

	<u>2016</u>
Lucro líquido do exercício	209.345
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(10.467)</u>
Base para apuração	198.878
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	<u>(49.719)</u>
Constituição de reserva para retenção de lucros	<u><u>149.159</u></u>

c) Transações com sócios

Em 5 de fevereiro de 2016, a controlada em conjunto CCR assinou contrato de compra e venda do terreno para futuro desenvolvimento do Novo Aeroporto de São Paulo ("NASP"), nos municípios de Caieiras e Cajamar e reconheceu R\$ 49.820 (R\$5.944 no percentual da Companhia) referente a cessão não onerosa na opção de compra de terreno do projeto NASP como Transações com sócios. Essa transação foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia seguindo a mesma prática contábil da controlada em conjunto CCR.

d) Ágio em transação de capital

Em 4 de maio e em 3 de novembro de 2016, a controlada em conjunto CCR aumentou o capital social da controlada indireta RodoAnel Oeste, passando sua participação de 98,9103% para 99,0391%, e não houve o acompanhamento do outro acionista da controlada indireta, resultando em diluição do capital social, sendo os efeitos de R\$ 439 (R\$52 no percentual da Companhia) reconhecidos como ágio em transação de capital. De acordo com o CPC 36 (R2) – Demonstrações consolidadas, quando há a aquisição complementar de ações, de uma empresa que já é controlada, o registro contábil do ágio gerado na aquisição complementar, deve ser feito à rubrica "Ágio em transação de capital".

Em 25 de maio de 2016, a Administração da controlada em conjunto CCR deliberou pela absorção de prejuízos do RodoAnel Oeste com mútuos em aberto. A transação gerou impacto de R\$ 9.420 (R\$ 1.124 no percentual da Companhia), registrados no patrimônio líquido da controlada em conjunto CCR, devido à não diluição do acionista minoritário da controlada.

Em 31 de dezembro de 2016, as reservas de lucros excedem o capital social. A Administração aprovará na próxima Assembleia Geral a destinação do excesso.

13. RECEITA DE SERVIÇOS

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita bruta de serviços (a)	72.335	67.261
Impostos	<u>(4.569)</u>	<u>(4.535)</u>
Receita líquida	<u><u>67.766</u></u>	<u><u>62.726</u></u>

(a) Refere-se prestação de serviços de operação da Rodovia Presidente Dutra - BR 116/RJ/SP, mediante contrato com a Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Política

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco, tampouco efetua operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	2016			2015		
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado
<u>Ativos</u>						
Caixa e equivalentes de caixa	7.192	-	-	8.127	-	-
Contas a receber de clientes - partes relacionadas	-	6.016	-	-	5.629	-
Outros	-	32	-	-	24	-
<u>Passivos</u>						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	-	54.612	-	-	162.210	-
Fornecedores	-	-	2.347	-	-	2.526
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	-	-	2.630	-	-	2.318
Cessão de direitos creditórios	-	-	9.023	-	-	8.770

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor:

- Caixa e equivalentes de caixa - são definidas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil, os quais estão qualificados no nível 2. Na hierarquia de valor justo, com "inputs", exceto preços cotados, incluídas no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Contas a receber de partes relacionadas, fornecedores e outras contas a pagar - os valores justos são próximos dos saldos contábeis, dado o curto prazo para liquidação das operações.

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Os valores estimados de rendimento das aplicações financeiras no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2016 é de:

Operação	Risco	Exposição	Efeito no resultado		
			Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Aplicações financeiras	Redução do CDI	5.798	489	367	2445

15. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião da Administração realizada em 31 de março de 2017, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016 estando aprovadas para divulgação.

Ana Maria Marcondes Penido Sant'Anna
Diretora-Presidente

Edmar Briguelli
Contador CRC 1 SP 161770/O-6